

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
PLANO	9
ORIENTAÇÕES DE LEITURA	11

## PRÓLOGO

1. Opções metodológicas	13
2. Sistematização da obra	15
3. Elementos de estudo	18

## PARTE I – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL

### CAPÍTULO I – ORDEM JURÍDICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

§ 1º Proteção da Pessoa Humana e Ordem Jurídica	
4. Os institutos de proteção da pessoa humana pelo Direito	31
5. Direito Penal e garantias penais e processuais-penais	33
6. Direito Civil e direitos de personalidade	34
7. Direito da União Europeia e direitos fundamentais europeus	36
§ 2º Direito Internacional Público e Direitos Humanos	
8. A proteção internacional dos direitos humanos	41

9.	O sistema da Organização das Nações Unidas	45
10.	O sistema do Conselho da Europa	50
11.	Os sistemas americano e africano de direitos humanos	53
§ 3º	Os Direitos Fundamentais como Categoria do Direito Constitucional	
12.	A proteção peculiar da pessoa humana através dos direitos fundamentais no Direito Constitucional	57
13.	O conceito de direitos fundamenais	59
14.	Classificações de direitos fundamentais	61
15.	Figuras afins de direitos fundamentais	64
16.	As características dos direitos fundamentais como situações jurídicas ativas	68
17.	Os direitos fundamentais como relação jurídico-constitucional: elementos e estrutura	70
CAPÍTULO II – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TEMPO DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO		
§ 4º	Idade Contemporânea e Estado Constitucional	
18.	O Estado Contemporâneo	75
19.	Estado de Direito, Constitucionalismo e Constitucionalismos	76
20.	Traços fundamentais do Constitucionalismo Contemporâneo	78
§ 5º	Evolução do Constitucionalismo Contemporâneo	
21.	O Constitucionalismo Liberal do século XIX	85
22.	O Constitucionalismo Social e Democrático do século XX	88
§ 6º	Crises do Constitucionalismo Contemporâneo	
23.	O Estado Pós-Contemporâneo e o novo paradigma da “incerteza”	93
24.	A crise do Estado Social e a Regulação da Economia	96

25.	A crise do Estado Democrático e a nova Democracia de Participação	98
26.	A crise do Estado Nacional e a Globalização	100
27.	A crise do Estado Seguro e o Risco	101
§ 7º	Os Direitos Fundamentais no Percurso do Constitucionalismo Contemporâneo	
28.	As “gerações” de direitos fundamentais	107
29.	O período liberal e os direitos civis e políticos de 1ª geração	109
30.	O período social e os direitos económicos e sociais de 2ª geração	110
31.	As novas gerações de direitos fundamentais	111
32.	Os direitos fundamentais e o futuro	113
CAPÍTULO III – DIREITOS FUNDAMENTAIS, PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA		
§ 8º	O Princípio do Estado de Direito	
33.	A diversidade doutrinal na identificação dos elementos constitutivos do princípio do Estado de Direito	121
34.	As dimensões do princípio do Estado de Direito	122
35.	A densificação do princípio do Estado de Direito	123
36.	Portugal como Estado de Direito na Constituição de 1976	125
37.	O princípio do Estado de Direito no texto constitucional e a cláusula geral do seu art. 2º	126
§ 9º	O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	
38.	A pessoa humana como fundamento do Estado e do Direito	129
39.	A conceção jusnaturalista e personalista da Ordem Jurídica	132
40.	O princípio da dignidade da pessoa humana e as opções fundamentais de Direito Constitucional Positivo	138

41. O princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1976 e a graduação da proteção de direitos fundamentais	141
§ 10º Outros princípios decorrentes do Estado de Direito	
42. O princípio da igualdade	145
43. O princípio da proporcionalidade	148
44. O princípio da tutela jurisdicional	153
45. O princípio da responsabilidade jurídica	155
CAPÍTULO IV – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONSPECTO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICO	
§ 11º Os Direitos Fundamentais no Constitucionalismo Português	
46. Os direitos fundamentais na Constituição de 1822	159
47. Os direitos fundamentais na Carta Constitucional de 1826	166
48. Os direitos fundamentais na Constituição de 1838	170
49. Os direitos fundamentais na Constituição de 1911	174
50. Os direitos fundamentais na Constituição de 1933	180
51. Os direitos fundamentais na Constituição de 1976 e as suas revisões	186
§ 12º Os Direitos Fundamentais em algumas Constituições Estrangeiras	
52. Os direitos fundamentais nos textos constitucionais do Reino Unido	195
53. Os direitos fundamentais na Constituição dos Estados Unidos da América de 1787 e sua Declaração de Direitos de 1789	205
54. Os direitos fundamentais na Constituição da França da V República de 1958	212
55. Os direitos fundamentais na Lei Fundamental da Alemanha de 1949	216

## PARTE II – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA DOG MÁTICA DA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

### CAPÍTULO V – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FORMAL

§ 13º As Fontes Positivas dos Direitos Fundamentais	
56. Os direitos fundamentais entre os princípios e as normas de Direito Constitucional	223
57. Os direitos fundamentais como “direitos supremos e hiper-rígidos”	229
58. Interpretação constitucional e direitos fundamentais	232
59. Integração de lacunas constitucionais e direitos fundamentais	235
§ 14º A Formulação Textual dos Direitos Fundamentais	
60. O acerto pela tipificação dos direitos fundamentais na Constituição Documental	239
61. Cláusula aberta e direitos fundamentais “atípicos” fora da Constituição Documental	241
62. A construção dos direitos fundamentais “atípicos”	244

### CAPÍTULO VI – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO MATERIAL

§ 15º A Configuração Substantiva dos Direitos Fundamentais	
63. O problema da fundamentalidade material dos direitos fundamentais	249
64. A inicial teoria liberal dos direitos fundamentais e as posteriores teorias explicativas do século XX	250
65. As mais recentes teorias de direitos fundamentais	251
66. A omissão de um critério textual explícito na identificação material dos direitos fundamentais	253

67. A decomposição do conceito formal de direito fundamental e as realidades excluídas	253
68. A densificação do conceito material de direito fundamental em especial: teorias propostas e posição adotada	255
§ 16º <i>A summa divisio</i> entre os “direitos, liberdades e garantias” e os “direitos económicos, sociais e culturais”	
69. A variável intensidade da proteção jurídica dos direitos fundamenais	259
70. A insuficiência de um critério formal-sistemático	260
71. A diversidade de significados da categoria dos “direitos, liberdades e garantias”	262
72. Posição adotada na definição da categoria dos “direitos, liberdades e garantias” e a sua aplicação prática	266
73. Enumeração exemplificativa dos direitos, liberdades e garantias e os direitos fundamentais “análogos”	268
§ 17º O Conjunto dos Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa	
74. As “classes” de direitos fundamentais	273
75. Os direitos fundamentais “típicos” e “enumerados” do Título II da Parte I da Constituição Documental	274
76. Os direitos fundamentais “típicos” e “enumerados” do Título III da Parte I da Constituição Documental	277
77. Os direitos fundamentais “típicos” e “não enumerados” noutras disposições da Constituição Documental	279
78. Os direitos fundamentais “típicos” e “extradocumentais” da Constituição Formal	281
79. Os direitos fundamentais “atípicos” “...constantes das leis e das regras aplicáveis de Direito Internacional”	282

## CAPÍTULO VII – O REGIME GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

### § 18º A Atribuição Subjetiva dos Direitos Fundamentais

80. A atribuição subjetiva em geral	287
-------------------------------------	-----

81. O princípio da universalidade	289
82. O princípio da igualdade	291
§ 19º O Exercício Jurídico dos Direitos Fundamentais	
83. O exercício jurídico em geral	293
84. A regulação do exercício: modalidades e funções	294
85. A regulação legislativa e as suas variantes	295
86. Delimitação interna e limites ao exercício	299
87. Limites ao exercício, abuso de direito e art. 29º, nº 2, da DUDH	300
88. Limites ao exercício e colisão de direitos	303
89. Os direitos fundamentais “absolutos”	307
§ 20º A Tutela dos Direitos Fundamentais	
90. A tutela em geral	311
91. A tutela não contenciosa e o Provedor de Justiça	313
92. A tutela contenciosa e o poder jurisdicional	315
CAPÍTULO VIII – O REGIME ESPECIAL DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	
§ 21º O Sentido do “regime especial” aplicável aos Direitos, Liberdades e Garantias	
93. O diversidade do significado do “regime especial”	319
94. O entendimento adotado	320
§ 22º A Aplicabilidade Direta e Imediata dos Direitos, Liberdades e Garantias	
95. A aplicabilidade direta	321
96. A aplicabilidade imediata	322
§ 23º A Vinculação das Entidades Públicas e Privadas aos Direitos, Liberdades e Garantias	
97. A vinculação das entidades públicas	325
98. A vinculação das entidades privadas	327

## § 24º A Suspensão dos Direitos, Liberdades e Garantias

99. Suspensão de direitos e Direito Constitucional de Exceção	333
100. O sentido essencial do estado de exceção constitucional	335
101. Estado de exceção e poder constitucional	337
102. Estado de exceção e ordenamento constitucional	339
103. As fontes normativas do regime do estado de exceção	341
104. Os pressupostos do estado de exceção	344
105. A decretação do estado de exceção	346
106. A execução do estado de exceção	349
107. A extinção do estado de exceção	353
108. Os efeitos do estado de exceção	355
109. O controlo do estado de exceção	358

## § 25º A Restrição dos Direitos, Liberdades e Garantias

110. Sentido e função da “restrição legislativa” de direitos	361
111. O regime organizatório da restrição – intervenção parlamentar e autorização constitucional	364
112. O regime material da restrição – os princípios aplicáveis	366
113. O regime teleológico da restrição – os bens que a justificam	369
114. O regime subjetivo da restrição – as restrições dos direitos de certos grupos de cidadãos	374

## § 26º A Tutela dos Direitos, Liberdades e Garantias

115. A tutela “reforçada” em geral	379
116. Direito de resistência e direito de legítima defesa como mecanismos de autotutela	380
117. As responsabilidades criminal e civil	381

BIBLIOGRAFIA	385
--------------	-----

ÍNDICE	417
--------	-----